

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR O
DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.**

REQUERIMENTO N° , DE 2019

(Do Sr. JOÃO H. CAMPOS)

Requer a realização de audiência pública para discutir a atual gestão das políticas públicas educacionais levadas a cabo pelo MEC sob perspectiva comparada com a presença de ex-titulares da pasta.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja convocada audiência pública para debater a atual gestão das políticas públicas educacionais levadas a cabo pelo Ministério da Educação a partir da perspectiva histórica da pasta. Para tanto, convida os seguintes ex-titulares da pasta:

- JOSÉ GOLDEMBERG, Ministro da Educação durante o governo Collor (1991-1992);
- MURÍLIO HINGEL, Ministro da Educação durante o governo de Itamar Franco (1992-1995);
- CRISTOVAM BUARQUE, Ministro da Educação durante o Governo Lula (2003-2005);
- FERNANDO HADDAD, Ministro da Educação durante os governos Lula e Dilma (2005-2012);
- ALOIZIO MERCADANTE, Ministro da Educação durante o Governo Dilma (2012-2014) e (2015-2016); e
- RENATO JANINE RIBEIRO, Ministro da Educação durante o Governo Dilma (2015);
- MENDONÇA FILHO, Ministro da Educação Durante o Governo Temer (2016-2018).

JUSTIFICAÇÃO

Ao longo do ano, esteve na mira dos jornais e na mídia a pasta da educação, fosse pelas trocas de gestão, pelas demissões, pelos indicadores de educação ou pelas mudanças propostas.

Vimos o primeiro titular da pasta no governo Bolsonaro, o professor Ricardo Vélez Rodriguez afirmar que “a universidade não é para todos”, que fiscalizaria o “conteúdo” do ENEM e o desleixo com políticas educacionais urgentes, como a renovação de contratos do FIES, ou o prazo do Fundeb que termina em 2020 e segue sem perspectiva de renovação, apesar de representar 40% do que é gasto no ensino básico. Com o novo e atual ministro, o economista Abraham Weintraub, os gastos nessa área foram elencados unicamente como prejuízos contábeis, financiadores de “balbúrdias”, dos quais surgem uma série de cortes com potencial para paralisar as universidades federais e cessar as pesquisas desenvolvidas pelo país afora bem como os serviços públicos ali prestados, a exemplo dos hospitais universitários.

Buscando uma avaliação mais precisa da pasta, propomos o convite a ex-titulares deste Ministério, para que possam analisar e comentar os principais aspectos e dificuldades da Educação, bem como entender mais sobre seus planejamentos estratégicos frente ao ministério durante suas gestões anteriores, garantindo uma perspectiva comparada acerca da atual gestão de políticas públicas educacionais conduzidas pelo Ministério.

Sala das Comissões, de julho de 2019.

Deputado JOÃO H. CAMPOS

PSB–PE